

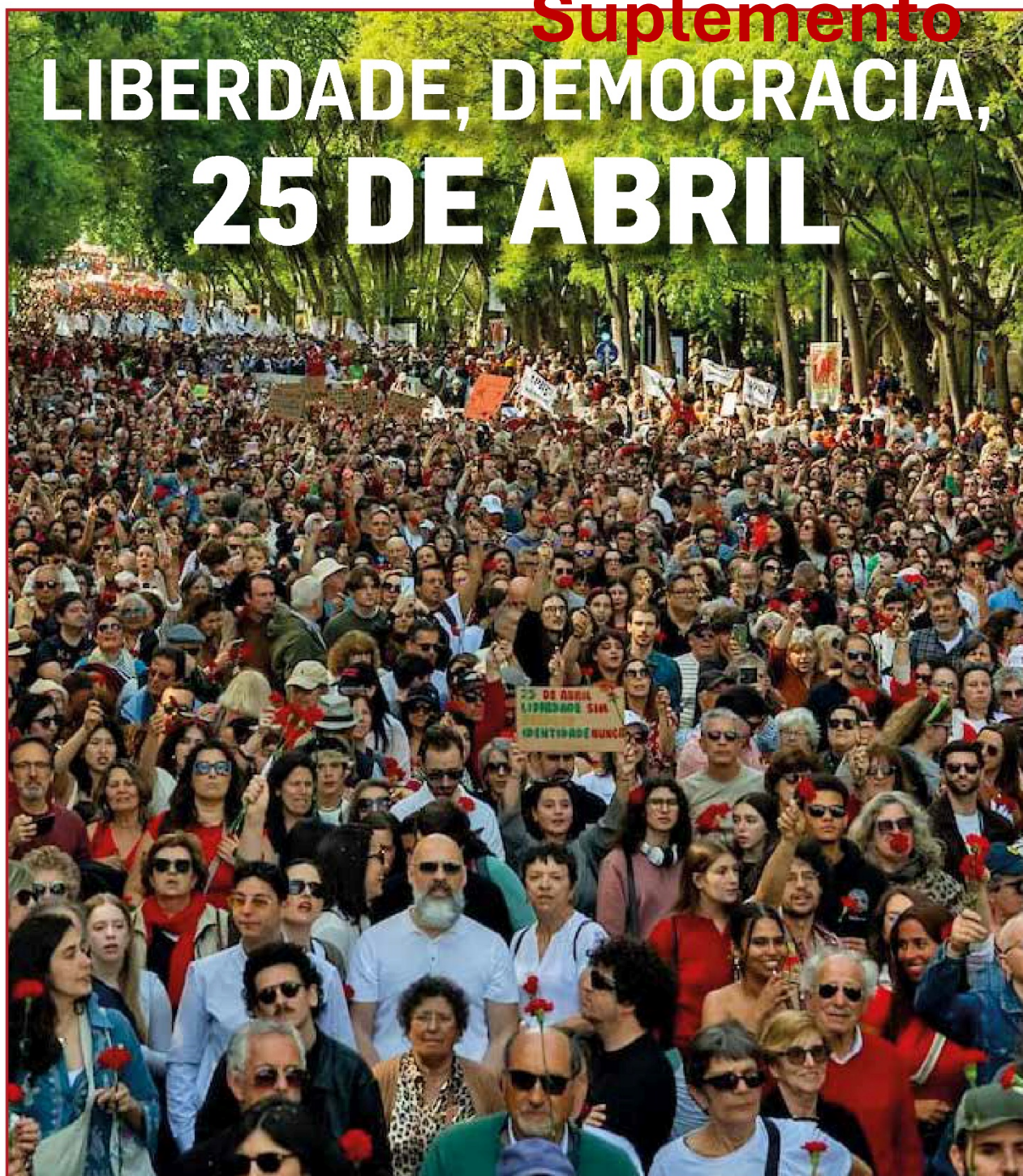
COMUNICADO DA A25A - LUTAR PELO CENTRO INTERPRETATIVO DO 25 DE ABRIL

O REFERENCIAL



Suplemento

LIBERDADE, DEMOCRACIA,
25 DE ABRIL



SUMÁRIO **O REFERENCIAL**

3 SUMÁRIO

Apresentação, Aniceto Afonso | 3

7 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Histórias do Verão Quente, Joaquim Correia | 7

13 FIGURAS DE ABRIL – CARLOS DE MATOS GOMES

Carlos de Matos Gomes x Carlos Vale Ferraz, Manuel Alberto Valente | 13

15 FIGURAS DE ABRIL – CARLOS DE MATOS GOMES

O Mágico da Palavra, Aniceto Afonso | 15

20 FIGURAS DE ABRIL – CARLOS DE MATOS GOMES

A Última Missão, Jorge Golias | 20

23 FIGURAS DE ABRIL – CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS

A História o Julgará ou Esquecerá?, Luís Paiva de Andrade | 23

40 OPINIÃO

Educação, Democracia e Cidadania em Portugal – Uma Análise Crítica, Jorge Bettencourt | 40

57 LIVROS

Pátria e Liberdade, António Ventura | 57

59 LIVROS

Democracia e Desporto – Mudanças e Conquistas, António Vasconcelos Raposo | 59

61 LIVROS

Quatro Personagens à Procura de Abril, Luís Reis Torgal | 61

63 LIVROS

Um Olhar Crítico sobre a Sociedade, Paulo Cordeiro Salgado | 63

O REFERENCIAL

SUPLEMENTO ONLINE

Edição n.º 158 – Julho – Setembro 2025

APRESENTAÇÃO

Este número d’*O Referencial* refere-se ao período julho-setembro de 2025, e insere-se no conjunto de revistas que comemoram os 50 anos do pós 25 de Abril de 1974.

No Suplemento online publicamos várias colaborações de muito mérito, que, por diversas razões, não foi possível publicar na edição em papel. Este processo permite-nos alargar o âmbito dos assuntos publicados e enriquecer os temas do nosso habitual plano ou mesmo trazer novas abordagens que completam e respondem ao interesse dos nossos colaboradores e leitores. Manifestamos aqui a nossa gratidão e apreço pela participação de todos, e esperamos que outros nossos associados e amigos nos façam chegar as suas colaborações.

Em primeiro lugar, damos continuidade ao tema História e Memórias, com um texto do nosso colaborador Joaquim Correia em que nos deixa as suas memórias do período revolucionário em vários cenários que viveu: Angola, onde estava em 25 de Abril, do Alentejo de 1975, com a reforma agrária a atingir a sua família, do ambiente académico na Faculdade de Direito de Lisboa, onde ingressou, e dos slogans irreverentes das paredes citadinas. Acaba

por nos chamar seriamente à situação atual: *Bramir mentiras e fabricar falsidades apenas serve para confundir e alienar legítimos descontentamentos, sem consciencializar ou apontar reais razões para tal acontecer.*

De seguida damos continuidade à homenagem a duas figuras de Abril destacadas tanto no número d’*O Referencial* que agora apresentamos, Carlos de Matos Gomes, como também no número anterior em que homenageamos Carlos de Almada Contreiras.

Carlos de Matos Gomes é lembrado por Manuel Valente, um dos seus editores e por dois dos seus amigos e camaradas – Aniceto Afonso e Jorge Golias.

Aniceto Afonso recorda-o com estas palavras finais: *Muitos leitores, mesmo no futuro, compreenderão que nos esforçamos para lhes deixar estudos que os ajudarão a compreender o nosso tempo e as razões por que fizemos o que fizemos. O teu nome (nomes) permanecerá na galeria dos mágicos da palavra que, em liberdade, escreveram o que queriam e o que deviam escrever.*

Jorge Golias, num emotivo texto que intitula *Carlos de Matos Gomes – A Última Missão*, relembra as palavras do embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, Miguel Cruz em carta que lhe foi dirigida: *Com profunda consternação, tomámos igualmente conhecimento do falecimento do Capitão de Abril Carlos de Matos Gomes, cuja vida foi marcada pela coragem, pelo pensamento crítico e por um compromisso inabalável com os valores da Liberdade e da Justiça, A sua partida representa uma perda irreparável para todos os que acreditam no legado de Abril.*

Em relação a Carlos de Almada Contreiras, o seu camarada e amigo Luís Paiva de Andrade não quis deixar de se juntar a todos aqueles que prestaram homenagem ao nosso camarada desaparecido com um texto de muita sensibilidade e companheirismo, de que destacamos: *Que o Carlos de Almada Contreiras deixou saudades provou-se pela presença no seu funeral de gente que o acompanhou em todas as fases da sua vida. Não posso deixar de realçar o grupo de polícias e funcionários da Câmara Municipal de Cascais que, decorridos mais de dez anos de o terem conhecido, vieram prestar-lhe uma última homenagem, o voto de pesar da atual Câmara Municipal de Cascais e o testemunho do Vereador do pelouro da Polícia Municipal daquele tempo. Porém, acima de tudo, impressionou-me a comovente presença da banda filarmónica de Grândola que executou a canção “Grândola Vila Morena” que o Contreiras escolheu para senha da operação “Viragem Histórica” e se tornou símbolo do novo Portugal democrático.*

Escrevendo sobre *Educação, Democracia e Cidadania em Portugal*, o nosso sócio Jorge Bettencourt dá-nos a sua opinião sobre um assunto que está na ordem do dia, no âmbito da Educação. O seu importante texto termina com esta conclusão: *Podemos encarar a Educação para a Cidadania como a construção de uma casa. Os novos documentos da DGE são como as “plantas” mais recentes para esta casa. Apesar de algumas novidades e reforços (como o combate à corrupção em todos os andares), estas novas plantas removeram importantes pilares históricos do alicerce da casa (como o 25 de Abril e os princípios fundamentais do nosso regime democrático). Além disso, a casa continua a ter “fundações muito frágeis”,*

pois a sua construção depende demasiado de um pequeno grupo de "empreiteiros" (os Diretores de Turma) e de ordens "de cima para baixo". É como tentar modernizar uma casa adicionando novas comodidades, mas, ao mesmo tempo, ignorando ou removendo elementos cruciais da sua estrutura e da sua história, o que pode comprometer a sua solidez a longo prazo.

Terminamos este Suplemento com uma referência destacada a quatro livros que de algum modo se ligam ao 25 de Abril e à luta constante pela Liberdade e pela Democracia, valores sempre presentes na ação da Associação 25 de Abril. São eles:

- *Pátria e Liberdade*, de António Ventura (apresentado na A25A);
- *Democracia e Desporto*, de A. Vasconcelos Raposo (para cujo lançamento a A25A foi convidada);
- *Quatro Personagens à Procura de Abril*, de Luís Reis Torgal (apresentado na A25A);
- *Rogério Rodrigues – Um Olhar Crítico sobre a Sociedade*, de Paulo Cordeiro Salgado (para cujo lançamento a A25A foi convidada)

A todos os nossos colaboradores ficamos gratos, não apenas pelo seu interesse em nos acompanhar, mas também pela sua luta e resistência neste momento difícil que atravessamos. A sua presença será sempre bem-vinda. Só assim saberemos resistir.

ANICETO AFONSO

Director d' *O Referencial*

HISTÓRIA E MEMÓRIAS

HISTÓRIAS DO VERÃO QUENTE

O autor deste texto narra memórias do verão quente de 1975, entre Angola e Portugal. Viveu a revolução, a tensão política e a efervescência cultural. Destaca a irreverência dos tempos, os *slogans* criativos e o papel dos militares. A mensagem final é clara: liberdade, alegria e consciência política devem caminhar juntas.

JOAQUIM CORREIA*



QUANDO LIGUEI O RÁDIO no dia 25 de abril de 1974 estava em Angola, mais concretamente em Sá da Bandeira (atual Lubango), depois de 22 anos passados no antigo regime e nove meses a prestar serviço militar. Só alguns dias depois entendemos verdadeiramente o que se havia passado, após rumores de golpe spinolista que “dirigiria” o Movimento das Forças Armadas (MFA) e da chegada de Álvaro Cunhal e Mário Soares, que tornaram mais claro o objetivo do golpe, que se transformou em revolução.

Depois dos Acordos de Alvor, em Janeiro de 1975, os militares passaram a ser a autoridade em que as populações confiavam, substituindo o chefe de posto, personagem muitas vezes ligada às forças colonialistas. Resolvíamos todos os

assuntos, desde desfazer “macumbas” a acompanhar os primeiros contactos com membros do MPLA e UNITA, que se vinham apresentar às tropas portuguesas no Sul de Angola. Cheguei a inscrever-me como militante do MPLA, já depois de ter “passado à peluda”, ainda em Angola. Mas isso serão histórias para outra ocasião.

Situações complicadas

La sabendo do que se passava pelos esparsos telefonemas e frequentes cartas que recebia de meus pais e irmão. Lembro-me, pouco tempo antes de retornar, já em pleno verão quente, da forma constrangida, quase triste, como me informaram de que as terras de um nosso tio, latifundiário em Aljustrel, tinham sido ocupadas pelos trabalhadores: - “Vê lá tu, ele que sempre foi crítico do regime deposto (a tia Laurinha ficou muito triste e desiludida); ele, médico reformado, até dava consultas gratuitas à gente da terra”.

Em qualquer período revolucionário há sempre situações complicadas e embaraçosas, mesmo injustas, causadas pela euforia, precipitação e, por vezes, certas vinganças, o que não era o caso. Felizmente tudo se resolveu e o meu primo, filho do casal latifundiário, até se tornou militante do Partido Socialista. Lembro-me do tio Ulisses, com o seu casacão alentejano, ir “tirando nabos da púcara” do meu irmão sobre as lutas estudantis em finais dos anos 60 (Fernando Correia, estava preso em Caxias em 24 de abril). Costumávamos juntar-nos, no verão, na quinta de Aljustrel.

Deixei Luanda em profunda convulsão. Tiros entre militantes do MPLA, UNITA e FNLA podiam surgir a qualquer momento nas ruas, obrigando à inversão de

marcha ou a procurar abrigo, com as balas tracejando o céu ou zumbindo aos nossos ouvidos. O exército português fazia de Rainha Santa, muitas vezes colocando-se entre os contendores, tentando fazer parar o tiroteio. Foram tempos difíceis!

Quando aterrei em Lisboa lembro-me da euforia e entusiasmo que se vivia, sempre com o rádio à escuta para saber se anunciava “mais uma nacionalização” ou “ocupação de terras no Alentejo” e onde se podia assistir a algum Canto Livre ou Ação de Dinamização Cultural do MFA.

Reentrei na Faculdade de Direito, e o ambiente era tenso. Mantinha-se a discórdia entre UEC (PCP) e MRPP, com Durão Barroso como líder, cuja ação, nessa altura, levou ao assalto e furto do material e mobiliário de qualidade, da reitoria da faculdade clássica de Lisboa, que viria a equipar a sede do MRPP, só acalmando em finais de 1975. Para além das reivindicações políticas, como a questão do serviço cívico estudantil, existiam palavras de ordem como *WCs unisexo, já!*

Em várias ocasiões, como militante da UEC, andei de quartel em quartel procurando onde ajudar a revolução. Mas nunca tive armas em meu poder ou tenha sabido que tal acontecera a algum militante progressista.

Irreverência de Abril

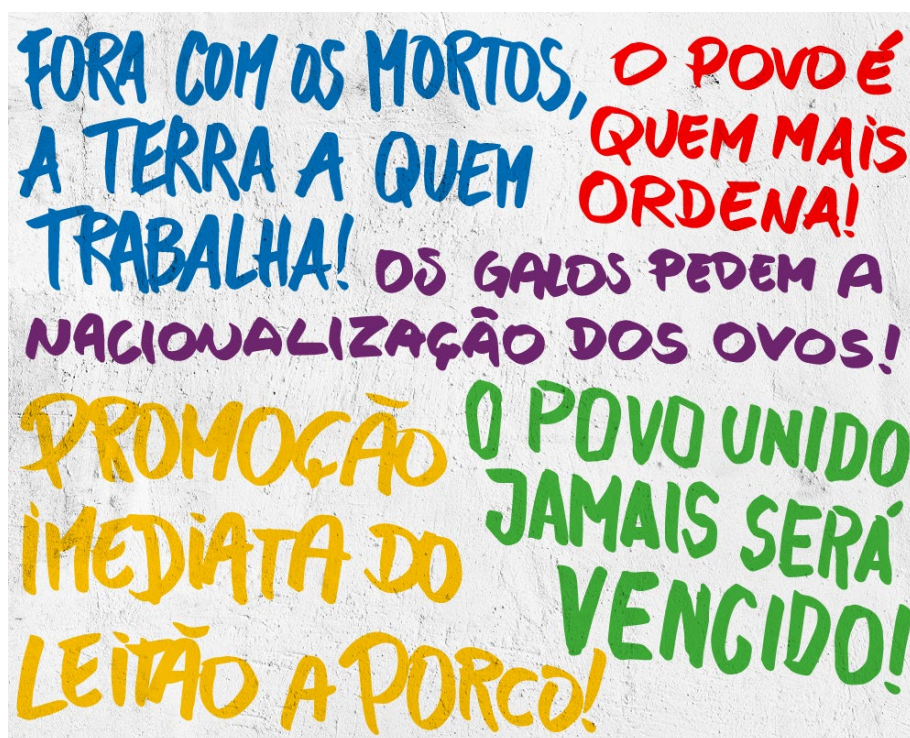
Mais de cinquenta anos depois, com sessenta deputados que representam quase um milhão e meio de eleitores, alguns conscientes do partido fascizante em que votam, mas muitos outros frustrados e enganados pelo falso brilho do populismo, é altura para lembrar tempos em que na revolução também existia espaço para a

diversão e a irreverência. Bramir mentiras e fabricar falsidades apenas serve para confundir e alienar legítimos descontentamentos, sem consciencializar ou apontar reais razões para tal acontecer.

Atrevimento, anarquia, confusão, tudo misturado e vivido intensamente! Gritos de liberdade partilhavam espaço nas paredes com slogans partidários e meras manifestações humorísticas, desbragadas e espontâneas.

O voto é arma do povo, não votes que ficas desarmado ou *O socialismo está em construção, visite o andar modelo* - eram slogans que faziam sorrir, usando objetivos retirados do Movimento das Forças Armadas,

A sede por cultura livremente expressa fazia nascer palavras de ordem como *A revolução não virá pelas armas, mas sim pelos livros* ou *A arte fascista faz mal à vista*.



Da reforma agrária brotavam graças como *A terra a quem trabalha, mortos fora dos cemitérios já* ou *O povo é quem mais ordenha*.

À relevância revolucionária do Partido Comunista Português contrapunha-se: *Abaixo a foice e martelo, viva o black and decker* ou *Viva a dentadura do proletariado*.

Ninguém se ofendia quando na parede de sua casa aparecia escrito: *Abaixo o odor corporal* ou *O sexo a quem o trabalha*.

Os militares também podem ajudar a fazer revoluções ou, pelo menos, contribuir para o progresso dum país, e os Militares de Abril são disso exemplo! Mas há almirantes, com ou sem medo, de quem não se sabe bem o que esperar... cuidado com tais personagens!

Também na alegria e tolerância, 25 de Abril sempre!

*** Investigador musical, licenciado em Direito**

FIGURAS DE ABRIL



CARLOS DE MATOS GOMES x CARLOS VALE FERRAZ

A sua obra ficará certamente como um marco importante na nossa ficção pós-colonial

MANUEL ALBERTO VALENTE*

CONHECI PESSOALMENTE Carlos de Matos Gomes quando em 2017 publiquei (sob o nome de Carlos Vale Ferraz, claro) o seu romance *A Última Viúva de África*, que viria a vencer no ano seguinte o prestigiado Prémio Fernando Namora. Desde logo se criou entre nós uma profunda empatia que a minha condição de seu editor nunca chegou a perturbar. Convenci-o a reeditar *Nó Cego*, uma das mais importantes ficções sobre a guerra, e vieram depois *Que fazer contigo, pá?* e *Angoche*, além de *Guerra Colonial*, que,

assinando com o seu próprio nome, escreveu a meias com Aniceto Afonso. Quando publicou *O Gémeo de Ompanda* e *GERAÇÃO D* já eu me tinha retirado de funções, sem que isso beliscasse a nossa amizade.

Outros falarão melhor da sua importância no 25 de Abril, sobretudo na Guiné, e do seu perfil de militar exemplar. Eu posso falar da sua vasta cultura, da frontalidade das suas opiniões (que, na parte final da sua vida, divergiram muito das minhas) e da fraternidade que punha nos seus contactos. A sua obra ficará certamente como um marco importante na nossa ficção pós-colonial, assim como na divulgação da história da longa guerra que travámos.

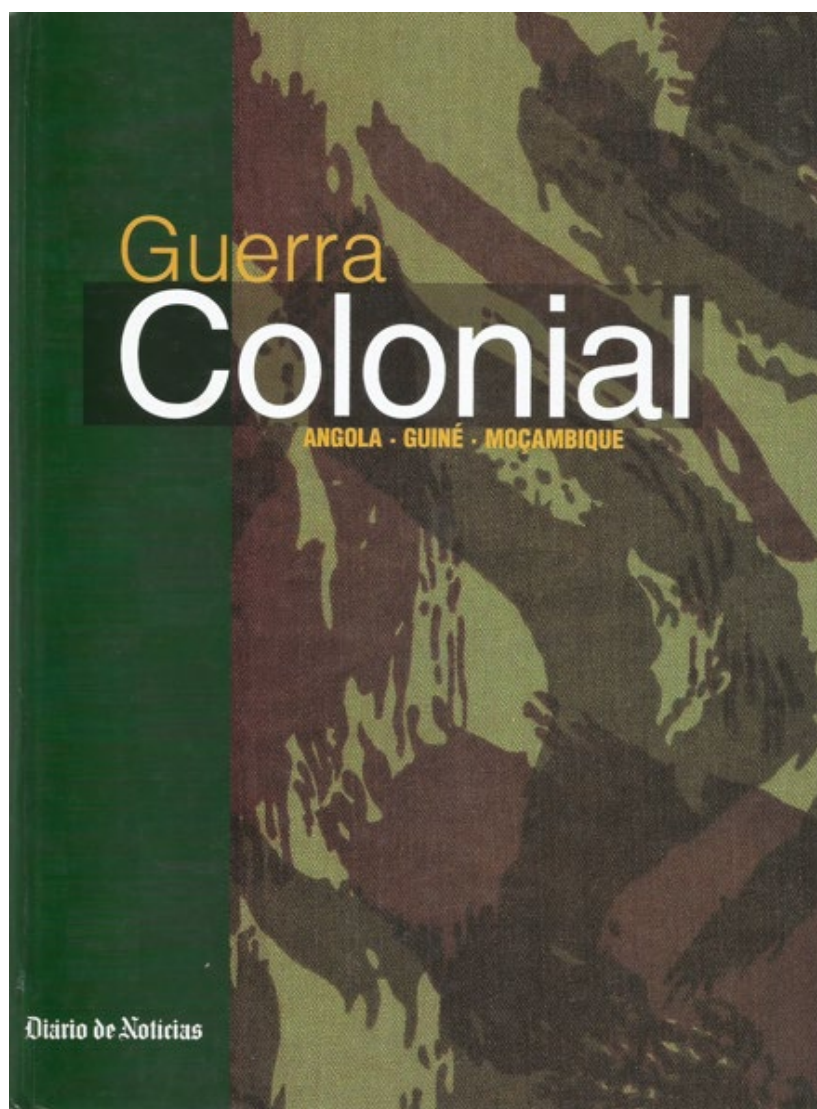
*** Editor**

FIGURAS DE ABRIL – CARLOS DE MATOS GOMES

O MÁGICO DA PALAVRA

Um nome (nomes) que permanecerá na galeria dos mágicos da palavra que, em liberdade, escreveu o que queria e o que devia escrever

ANICETO AFONSO*



NINGUÉM DIRIA, CARLOS, que também foste Historiador. E poderias ter sido outras coisas. Poderias ter sido Mágico, e foste-o de alguma forma. Tinhas o dom de transformar a palavra em mensagem, em narrativa, em prazer. O teu saber abrangia o conhecimento do mundo, do homem, das ideias e saberes dos povos, das relações. Das vilezas e ultrajes, da violência e do domínio. Também das lutas e resistências. Das vitórias e das derrotas.

Tu pareceste-me sempre, na verdade, um mágico. Um mágico das ideias que resolvem, das palavras que explicam, dos diálogos que frutificam. Foi assim que fizemos História.

Quando resolvemos iniciar uma experiência de colaboração, aí pelo final dos anos oitenta, nenhum de nós imaginava que assinaríamos livros e textos em conjunto por mais de trinta anos! Tudo resultou da nossa proximidade, não das concepções de vida, mas dos valores que nos moviam, em primeiro lugar, a Liberdade. Nunca aceitámos condicionantes, escrevemos sempre sem limitações. Ou melhor, apenas aceitámos limitar-nos um ao outro. E não é que resultou?

Nós fomos construindo as nossas linhas comuns, mas nunca deixámos de ser quem éramos. Compreendemos o pensar do outro e fomos, para todos os casos e para cada caso por si, aceitando mutuamente o edifício que erguíamos pelas nossas mãos. Foi assim desde a primeira colaboração publicada em 1993, a que chamámos *Imagens da Guerra Colonial* até ao último texto que assinámos em conjunto para o *Crepúsculo do Império*, com o título *Guerra Colonial – Evolução dos aspetos militares*, publicado em 2024 ou a conferência que no mesmo ano partilhámos na Academia Militar, em que

falámos sobre “O estudo da Guerra Colonial” (eu) e tu falaste de “Literatura e Guerra Colonial” (conferência felizmente disponível online na página da Comissão Portuguesa de História Militar).

Pelo meio escrevemos em conjunto *Guerra Colonial*, 1997-1998; *Os Anos da Guerra Colonial*, 16 vols., 2007; *Alcora, o Acordo Secreto do Colonialismo*, 2012; *A Conquista das Almas*, 2016 e *A Guerra*, 14 vols., 2017 (este acompanhando os DVDs de Joaquim Furtado). Os três primeiros com mais de uma edição e o primeiro com a 3.^a edição recente, de 2020. Assinámos também, em conjunto, algumas dezenas de textos sobre a Guerra, em revistas e atas de colóquios.

Mas fizemos mais História, porque depois de publicarmos *Guerra Colonial* concebemos o projeto de escrever uma obra sobre cada um dos conflitos contemporâneos que envolveram Portugal – Guerra Peninsular, Grande Guerra e Guerra Colonial, este já então publicado. Ficamo-nos, julgo que infelizmente, pela Grande Guerra, sobre a qual escrevemos *Portugal e a Grande Guerra*, em 2003, apoiados por um largo conjunto de especialistas e que teve várias edições.

Em suma, Carlos, fizemos História, e ninguém diria.

Ficção

Mas tu também publicaste ficção, e essa é a tua principal obra, com um outro nome, Carlos Vale Ferraz. Contudo, só conheci esse teu lado e só mo deste a conhecer como leitor pós-publicação. Foram muito raras as exceções.

Admirei-te também por teres feito isso. Porque me fui convencendo que, conscientemente, me quiseste poupar a um mundo que não devia ser o meu. Eu compreendi, grato. Mas quando te dediquei um poema publicado em 2018 (escrito em 2006) que procura apreciar-te como ficcionista: *"Isso é o que nós dizemos! / Na verdade, escondemos vidas paralelas. / Vidas que não inventamos, / Que vêm ter connosco porque as conhecemos, / As usamos, / As profanamos"*, tu admitiste que “Isto é, na verdade o que eu faço – falo para esconder”. E acrescentaste o que nunca esquecerei: “O retratista consegue fazer maravilhas com o retratado. Estou certo de que muito poucos me veriam assim tão escancarado. Felizmente para mim. Prefiro acreditar que tu é que és muito perspicaz. E a tua inteligência e sensibilidade são um conforto”. Na realidade, elogios mútuos que nos mantiveram amigos, camaradas e companheiros de escritas.

Entre outras colaborações, não posso deixar de recordar o prefácio que escreveste para o meu livro de memórias *Viagem de um Capitão de Abril* apresentado na A25A em 2024, verdadeira última colaboração entre nós, e onde explicaste “porque escrevemos o que escrevemos”, reflexão indispensável ao conteúdo do livro.

Ninguém diria que soubemos viver uma longa e profícua amizade, que nos permitiu fazer uma boa parte do que deixamos como testemunho, já que, como disseste, “escrevemos para testemunhar”.

Muitos leitores, mesmo no futuro, compreenderão que nos esforçamos para lhes deixar estudos que os ajudarão a compreender o nosso tempo e as razões por que fizemos o que fizemos. O teu nome (nomes) permanecerá na galeria

dos mágicos da palavra que, em liberdade, escreveram o que queriam e o que deviam escrever.

Abril de 2025

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

Nota pessoal: Este texto tem como referência a autobiografia escrita por Carlos de Matos Gomes para o Jornal de Letras e publicada no n° 1006, de 22 de abril de 2009 e republicada no n° 1424 de abril de 2025, com o título “Ninguém diria”.

FIGURAS DE ABRIL – CARLOS DE MATOS GOMES

A ÚLTIMA MISSÃO

Vida foi marcada pela coragem, pelo pensamento crítico e por um compromisso inabalável com os valores da Liberdade e da Justiça

JORGE GOLIAS*



NO PRINCÍPIO DE ABRIL PASSADO, a Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau contactou o Carlos de Matos Gomes, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, convidando-o a deslocar-se à Guiné, a fim de “participar numa palestra pública comemorativa a realizar no Centro Cultural Português em Bissau, no próximo dia 25 de Abril.” A Embaixada apresentava as suas justificações, tanto em relação ao acontecimento em si, porque se trata de um “país que partilha profundamente a memória e os efeitos da Revolução dos Cravos”, como à personalidade convidada.

Contudo, nessa altura, o Carlos estava já muito debilitado, mas não deixou de responder com palavras muito calorosas ao convite que lhe fora endereçado: “Seria para mim uma oportunidade a todos os títulos apaixonante, a oportunidade de uma revisitação a uma terra a que me ligam memórias tão fortes, uma terra tão importante para o 25 de Abril de 1974. Seria uma oportunidade para as novas gerações de guineenses conhecerem a sua história, ou outras versões da sua história. Infelizmente a vida não é o que gostaríamos que fosse e eu vivo neste momento uma situação de saúde (...) que inviabiliza a minha deslocação.”

Sugeri então o meu nome para o substituir considerando que se tratava de “um oficial que desempenhou um papel do maior relevo na conspiração, na preparação do 25 de Abril na Guiné e nos tempos que se seguiram até à independência”, pelo que, no seu dizer “o coronel Jorge Golias seria, em minha opinião, o militar mais bem preparado para apresentar o 25 de Abril na Guiné”.

Seguiu-se o contacto da Embaixada, a que só me foi possível responder já depois do falecimento do Carlos de Matos Gomes. Por aceitação mútua acabei por gravar em vídeo uma palestra sobre o tema que me era solicitado a fim de ser passada para um público de portugueses e guineenses. A Embaixada, em agradecimento posterior, agradeceu o meu “valioso testemunho, que muito honrou esta celebração e tocou profundamente todos os presentes”.

Em anexo, a Embaixada juntava uma carta do Sr. Embaixador Miguel Cruz Silvestre de agradecimento e também de homenagem ao primeiro convidado, Carlos de Matos Gomes, que transcrevo em parte:

“A sua intervenção gravada, carregada de memória, clareza e sentido de missão, constituiu um momento de grande significado para todos os presentes. Recordou-nos não apenas o papel determinante dos Capitães de Abril na transição democrática de Portugal, mas também a ligação histórica entre o 25 de Abril e o processo de descolonização, nomeadamente na Guiné-Bissau, onde V. Exa. desempenhou um papel-chave. Com profunda consternação, tomámos igualmente conhecimento do falecimento do Capitão de Abril Carlos de Matos Gomes, cuja vida foi marcada pela coragem, pelo pensamento crítico e por um compromisso inabalável com os valores da Liberdade e da Justiça. A sua partida representa uma perda irreparável para todos os que acreditam no legado de Abril. À sua família e companheiros de luta, endereçamos sentidas condolências.”

De alguma maneira, esta terá sido a última missão do Capitão de Abril que aqui homenageamos, o nosso saudoso camarada Carlos de Matos Gomes.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

FIGURAS DE ABRIL - CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS

A HISTÓRIA O JULGARÁ OU ESQUECERÁ?

A memória é a fugaz representação da realidade que, supostamente, tivemos oportunidade de conhecer. É essa frágil representação que aqui deixo em homenagem àquele que foi um grande homem e um grande amigo. A imagem mais longínqua que guardo do Carlos de Almada Contreiras é nocturna, na Escola Naval, estando ele à frente da formatura da Companhia de alunos da dita escola. Eu frequentava o primeiro ano do curso de Marinha, que iniciara em setembro de 1962, e o curso do Contreiras, cujo patrono era Luís de Camões, regressara da sua viagem no NRP Sagres. Julgo que já estávamos em novembro daquele ano.

LUÍS PAIVA DE ANDRADE*



CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS era o cadete mais antigo do seu curso e substituíra o anterior primeiro classificado do curso que me recebera, patronizado pelo navegador Nuno Tristão. O meu curso tinha como patrono o Comandante Oliveira e Carmo, que morrera heroica, mas romântica e inutilmente, em combate, aquando da invasão da Índia, dita portuguesa, pelas tropas da União Indiana, em 1961. Era a primeira vez, na história da Marinha Portuguesa, que cumprindo a tradição dos cursos de oficiais na Escola Naval terem um patrono, se optara por escolher um que não era uma figura do passado histórico mais ou menos remoto, mas que falecera não havia ainda decorrido um ano. Tal gesto já ilustrava bem o carácter do regime político então vigente, que, à cabeça de um velho e decrepito Império, à míngua de Forças Armadas credíveis, se ficava nos gestos grandiloquentes.

Não recordo muito mais das interações com o Contreiras no período escolar subsequente, mas, nessa noite, a sua figura, cheia de energia, gravou-se-me e nunca mais a esqueci. Provavelmente tal memória ficou reforçada à medida que o fui conhecendo e apreciando as suas qualidades de inteligência e trabalho.

Separados pelo mar que amávamos e pelas vidas profissionais diferentes que levávamos e, embora ambos especializados em Comunicações, após a frequência da Escola Naval apenas tivemos breves e esporádicos encontros, nomeadamente, no Clube Militar Naval. Só nos vamos reencontrar em Angola em 1968/69, ele Comandante de um navio patrulha e eu Oficial Imediato de outro.

Passámos então a conviver com mais frequência. Até porque tínhamos lá as nossas mulheres. Claro que as ocasiões em que simultaneamente estávamos em terra eram poucas. Do mar ficou-nos a recordação do episódio em que, na “espinhosa” missão de vigiar um navio soviético que passava perto da costa, a falta de meios navais obrigou a que fosse o navio do Contreiras, de tonelagem muito inferior, a render o meu navio, sob forte temporal, coisa rara na costa de Angola. O episódio serviu para aprofundar interrogações, que depois trocámos, sobre o que se passava com uma guerra que, pelos vistos, se queria fazer tão económica que era inútil. Não tanto em Angola, mas o desfecho de derrota já se pressentia pelas notícias que nos chegavam, sobretudo da Guiné.



Eu, e penso que o mesmo se passou com ele, que acreditávamos numa Pátria do Minho a Timor, começávamos a encarar uma realidade bem diversa do que era suposto ela ser. Lembro-me de comentarmos duas ocorrências que tive; uma, a surpresa, quando numa incursão terra adentro, de Benguela a Nova Lisboa, se me deparou o estado de total atraso civilizacional em que as populações autóctones viviam e outra, também marcante experiência, quando, por razões de serviço da Polícia Judiciária Militar, tive de entrar bem no interior de um dos “musseques” de Luanda. Porém, de modo algum, pelo menos da minha parte ou expressa por ele, questionávamos a bondade da nossa presença em África. Pelo contrário, embora desde muito novos detestássemos o regime político vigente, a crítica ficava no desejo de melhores condições em material e pessoal para cumprir as missões que nos competiam.

Regressados a Portugal, passado algum tempo, já nos anos setenta, reatamos contacto, eu nos submarinos, para os quais me voluntariara no fim da comissão em Angola e o Contreiras, primeiro em funções que já não recordo, e depois dirigindo o Centro de Comunicações da Armada, no edifício do então designado Ministério da Marinha. Tal posição era certamente a de maior prestígio e responsabilidade para um jovem especializado em Comunicações que desejasse trabalhar nessa área e tivesse as qualidades de inteligência e conhecimentos necessários como era o caso. O Contreiras teria vinte e oito anos de idade.

Os ecos do maio de 1968 em Paris, chegavam e eu, matriculado no curso de História da Faculdade de Letras Lisboa, diversificava leituras e amizades. Por esse tempo começa-se a esboçar uma organização de oficiais da Marinha mais conscientes politicamente e o Contreiras e eu, entusiasticamente fomos dos primeiros participantes. Em torno dos nossos cursos da Escola Naval e do Clube Militar Naval fomos reforçando amizade e cumplicidades. A minha vida profissional não permitia muito tempo em terra, mas recordo, sobretudo a partir de 1972, reuniões em que participávamos nomeadamente nas nossas casas. Lembro que eu, já na qualidade de membro da Direção do Clube Militar Naval, ter recebido dele a sugestão de se fazer um colóquio sobre Comunicações. Os colóquios no Clube Militar Naval serviram não só para reforçar a cultura naval, mas permitiram também um melhor conhecimento das aspirações cívicas de quem neles participava. O Contreiras era figura incontornável neste contexto.

Lembro; ele a narrar-me o que se passara no III Congresso Democrático de Aveiro de abril de 1973, no qual participou. Eu não fui porque estava no mar.

Recordo, sem já poder precisar data e local, ter com ele falado sobre o meu desejo de abandonar a Marinha; o que tentei requerendo a minha inscrição para a passagem à Reserva, sem pensão. Não sei precisar se ele chegou a fazer o mesmo.

A partir do Congresso dos Combatentes do Ultramar de junho e do DL 353/73 de 13 de julho de 1973 começa a agitação no seio do Exército, ainda em torno da profissão e do seu prestígio num primeiro momento, mas que rapidamente se direccionou para a questão da guerra no ultramar e do regime político. O Contreiras naturalmente torna-se um dos representantes daquela organização de oficiais da Marinha junto do chamado Movimento dos Capitães, depois dos Oficiais e, mais tarde, das Forças Armadas. Sucedem-se as conspirações e as reuniões Recordo sobretudo uma para a qual ele me convocou com o ajudante do General Costa Gomes que vinha “apalpar” o que se passava na Marinha e outra no Clube Militar Naval quando já se falava em golpe de Estado. Lembro as suas narrativas das reuniões com o Exército e da sua conversa com o ministro da Marinha quando se agudizou a repressão ao Movimento dos Capitães.

O Contreiras, com a sua inteligência, capacidade de trabalho e estilo discreto estava em todas.

A opção pelo golpe de Estado passa a estar na agenda e, à tentativa atabalhoada do 16 de março, segue-se o 25 de Abril de 1974, exemplo de operação militar quase sem falhas, na qual o Contreiras tem um papel fulcral na imposição e elaboração de um programa político, no desenho da ordem de operações e sua execução.



Do 25 de Abril de 1974, entre outros, recordo o episódio da fragata Gago Coutinho. O Contreiras, no Centro de Comunicações da Marinha, com a coragem e completa consciência do ato de insubordinação que cometia, em nome dos nossos ideais democráticos, serviu-se do sistema de comunicações da Esquadilha de Submarinos, para a qual eu fora, com instruções do Martins Guerreiro, ao primeiro sinal do início da Operação Viragem Histórica, a fim de abortar a ordem que o regime político em queda e desespero dera à fragata para bombardear as forças do Movimento das Forças Armadas. Sempre me interroguei sobre o que teria acontecido se a Marinha se tivesse mantido estritamente neutral e não dispusesse, ainda que

poucos, de elementos operacionais naquele processo. Sem o Contreiras e os oficiais da atrás referida organização embarcados nela, o que teria sucedido com a fragata se, não neutralizada, tivesse cumprido a ordem?

Depois, lembro as várias missões de que ele me encarregou naqueles primeiros tempos. Algumas surreais, mas necessárias, como ir dirigir as alfândegas.

Do rico período subsequente, reunião de 13 de junho na Manutenção Militar e o 28 de Setembro e, já em 1975, o 11 de Março, as eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de abril e a reunião de Tancos de 5 de setembro, etc, existe abundante informação que, mais do que eu poderia ser, é eloquente. O Contreiras foi Conselheiro de Estado, membro do Conselho da Revolução, organizador e Diretor do Serviço de Coordenação de Informações, antecessor dos Serviços de Informação da República, e sobretudo um coerente defensor dos valores plasmados no Programa do Movimento das Forças Armadas.

Quando ocorreu o 25 de Novembro de 1975, de que me ficou a imagem dele agarrado ao telefone no gabinete do CEMA, a Pátria, “agradecida”, prendeu-o. Até nessa ocasião senti a sua legítima superioridade comparativamente comigo, pois só tive a “honra” de ser colocado em “residência fixa”.

Para o final desse ano, a Marinha, dirigida por saudosos do Salazarismo, que não tendo conseguido regressar completamente ao passado, pois o Exército, apesar de tudo, tinha mantido a decência militar e os impedira de expulsar os “implicados” no 25 de Abril de 1974 e, supostamente, no 25 de Novembro de 1975, iniciou um cínico procedimento persecutório tendente à destruição

profissional das vítimas. O Carlos Contreiras, sem que o seu brilhante passado militar e cívico servisse de atenuante, foi um dos principais visados. Depois de liberto da ignominiosa prisão e colocado em funções de pouca ou nenhuma exigência para as suas qualidades, uma vez mais, mostrou a sua grandeza tendo provado que não é fácil amesquinhar um homem e militar como ele. Recordo a forma digna com que ele suportou desempenhar funções num Centro de Recrutamento e noutras “prateleiras”. Diferentemente da minha opção que, em vez de passar à reserva, como planeava antes do 25 de Abril de 1974, optei por continuar na Marinha por mais uns tempos, o Contreiras resolveu abandoná-la e ir para a reserva, primeiro em funções na Secretaria de Estado das Pescas, seguidamente na Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas e depois em empresas de pesca em Moçambique. De todas me chegaram os ecos da sua competência.

Regressado a Portugal foi convidado para ir criar a Polícia Municipal de Cascais. Retomámos o contacto e o Contreiras, necessitando de um Jurista para o apoiar naquela tarefa, conhecedor de que eu, além da História me licenciara em Direito e já estava a praticar advocacia, convidou-me para chefiar o Serviço Jurídico daquela polícia. Uma vez mais foi trabalho, mas também algum divertimento. Entre as suas muitas qualidades o Contreiras também era portador de um fino sentido de humor. Recordo sempre os divertidos episódios que ele narrava das suas experiências no Centro de Recrutamento e da sua vivência em Moçambique. No período inicial de formação da Polícia Municipal tive ocasião de presenciar alguns. Lembro uma reunião no Ministério da Administração Interna quando se tratava de estabelecer o tipo de armamento que os polícias municipais deveriam usar, a

forma subtilmente humorística, como ele explicou a uma Diretora Geral que uma munição de 6,35mm era mais letal do que uma de 7,75mm; “o tamanho não conta?”.

O Contreiras, numa área para a qual não tinha qualquer preparação específica, rapidamente ergueu aquele serviço de polícia municipal. Salienta-se que este era completamente inovador em Portugal pois até essa altura, as únicas polícias municipais existentes eram as de Lisboa e Porto que eram alimentadas em pessoal e métodos pela Polícia de Segurança Pública e só então se começavam a esboçar alguns idênticos processos noutros municípios.

Agora tratava-se de criar do nada uma polícia essencialmente administrativa, embora com uma componente securitária. E, ademais, as atribuições e competências da Polícia Municipal de Cascais tinham que englobar as que estavam na chamada Fiscalização Municipal existente. Esta era constituída por funcionários, fiscais municipais, naturalmente apreensivos com o seu futuro e desconfiados daquele militar que lhes aparecia subitamente substituindo a anterior chefia e propondo integrá-los numa nova estrutura. O Contreiras uma vez mais se mostrou o grande condutor de homens que era, conseguindo diplomaticamente e sem atritos ganhar a sua confiança e respeito. Rapidamente abriu concursos para polícias municipais que atraiu jovens, homens e mulheres, em número que lhe permitiu, com uma criteriosa seleção, formar efetivos suficientes para o desempenho do policiamento administrativo do município. Também foi rápido na aquisição do edifício para instalar o novo serviço e na obtenção do mobiliário e material de escritório, veículos, fardamento e armamento.

Das várias hipóteses para as instalações ele optou e conseguiu um edifício pertencente a um bem conhecido empresário do imobiliário, cujo império se desmoronara no pós 25 de Abril se 1974, por razões financeiras, mas que, como geralmente acontece, colocara a bom recato importante pecúlio e não resistiu ao “charme” do Contreiras, dando ótimas condições para a nova polícia se instalar. Ficaram amigos e por vezes almoçávamos juntos; “o velho fascista” e os “jovens revolucionários”.

O concelho de Cascais, além das zonas habitadas por gente mais ou menos opulenta, tinha dezenas de bairros clandestinos e aglomerados de barracas. Lembro um deles em especial, o bairro das Marianas, uma coisa horrorosa, que me fazia lembrar a miséria mais abjeta que conhecera na minha terra natal. O Município de Cascais, demolindo e limpando o que ficava, começou a realojar os moradores em condições condignas. Só que o processo não foi pacífico pois verdadeiras mafias do furto e da droga se recusavam a facilitar os trabalhos pois perderiam fontes de rendimento. Era ver o Contreiras, discretamente armado, por vezes com escolta policial, mas nem sempre, a entrar por ali adentro dando ordens a polícias e trabalhadores das demolições. A sua coragem física servia a coragem ética e cívica.



Tantas e tantas operações que ilustram as suas capacidades poderiam encher aqui várias páginas. Lembrarei algumas que também têm a sua graça e ilustram a inteligência e o espírito criativo do Contreiras. Uma ocasião dezenas de roulotte com matrícula belga enxamearam um arrabalde de Cascais. Embora os seus tripulantes não tivessem na realidade cometido qualquer crime ou infração, para além do abusivo estacionamento, a sua incivilidade alarmou a população. Então o Contreiras desenhou uma “operação” na qual supostamente ele era o proprietário do terreno e acompanhado de advogado, que era eu, e pelo Comandante da GNR (que era a entidade policial com jurisdição naquela zona) estabeleceu contacto com o chefe dos nómadas propondo arrendar-lhes o terreno por preço exorbitante e prazo para o fazerem ou saírem pois já existia uma empresa que com

urgência pretendia comprar o terreno para o urbanizar. A questão, assim posta, não se reportava só à defesa da legalidade, mas sobretudo a negócio de capitalista que dava a entender que, para além do apoio da autoridade, também tinha os cabedais suficientes para pagar “outro tipo de serviços”. Foi remédio santo.

Outra ocasião, dezenas de “romenos” devidamente organizados, à semelhança no que na altura também aconteceu noutras localidades, nomeadamente em Lisboa, estabeleceram um negócio de mendicidade, em vários cruzamentos de Cascais. A PSP mostrou dificuldades em resolver o problema e o Contreiras, com os poucos efetivos que na altura dispunha, delineou um programa, que consistia numa periódica, mas aleatória e persistente abordagem que não dava descanso aos vários grupos e em três dias cansou-os e, sem uma detenção ou confronto físico, limpou a cidade.

A manutenção da legalidade num Município é complexa e a deteção e repressão das suas violações, do crime à simples incivilidade, não se atinge só com o policiamento; requer também informação e punição. Se o crime extravasa as atribuições municipais o mesmo não acontece com as contraordenações que, se não forem celeremente processadas, contribuem para criar uma sensação de clima de impunidade. O que até é mau para a corrupção!!! Se não aparecerem algumas condenações quem se dará ao trabalho de corromper o fiscal, o polícia ou o vereador? Foi uma luta, mas o Contreiras conseguiu que a Polícia Municipal, com a criação de um Gabinete de Contraordenações, se substituísse ao anterior serviço municipal que tinha tal função. A curto prazo, obras clandestinas, estacionamento indevidos, lixo abandonado, etc. diminuíram significativamente.

O Contreiras tornou-se um profundo conhecedor de Cascais. Não havia nada que lhe escapasse. Lembro quando ele me perguntou se eu queria também comprar um fogão a petróleo sob pressão, artigo completamente em desuso, mas que ele descobrira à venda. E lá fomos algures a uma velha mercearia com um velho merceeiro que ele descobrira nas suas deambulações fiscalizadoras e comprámos o que, julgo, devem ter sido dos últimos exemplares de tal artigo ainda à venda.

Mas e o mar? O Contreiras também não o esqueceu e conseguiu convencer a Câmara a financiar a recuperação de uma velha canoa do Tejo, pertença do Grupo dos Amigos do Museu da Marinha, que se tornou um apoio às atividades lúdicas do Município.

Tal era a competência, geralmente reconhecida no Concelho de Cascais, que o Contreiras mostrou que, quando a Câmara mudou de cor política, com as habituais alterações de chefias que sempre ocorrem, o novo poder autárquico manteve o Contreiras nas suas funções, embora ele fosse o mais fácil de demitir, dado o seu estatuto de não funcionário autárquico normal.

Só decorrido novo ciclo eleitoral, e porque o Governo Sócrates, na sua suposta ânsia de suster a corrupção que envenenava a Pátria, de entre as várias medidas que tomou, considerou oportunas algumas que levaram os aposentados e reformados a não verem qualquer interesse em continuar a trabalhar em funções públicas, o Contreiras resolveu ir para outra fase da sua vida. Perdeu Cascais o seu saber e experiência.

Nesta, uma vez mais se distinguiu. Agora na recuperação da memória histórica do antes e pós 25 de Abril de 1974 escrevendo, fazendo escrever e

editando livros do maior valor memorialista. E, de caminho, foi editando outros livros por puro divertimento. Até a mim me “obrigou” a escrever.

Não posso deixar de recordar que, aquando da execução da Lei n.º 43/99, de 11 de junho, eu, na qualidade de membro da sua Comissão de Apreciação, propus que o caso do Contreiras fosse o primeiro a ser discutido e aprovada a sua promoção a Capitão de Mar e Guerra e houve total unanimidade na decisão. Deveria ter sido a Almirante, mas os ventos não lhe foram favoráveis, atento o conteúdo do diploma.



Que o Carlos de Almada Contreiras deixou saudades provou-se pela presença no seu funeral de gente que o acompanhou em todas as fases da sua vida. Não posso deixar de realçar o grupo de polícias e funcionários da Câmara Municipal de Cascais que, decorridos mais de dez anos de o terem conhecido, vieram prestar-lhe uma última homenagem, o voto de pesar da atual Câmara Municipal de Cascais e o testemunho do Vereador do pelouro

da Polícia Municipal daquele tempo. Porém, acima de tudo, impressionou-me a comovente presença da banda filarmónica de Grândola que executou a canção “Grândola Vila Morena” que o Contreiras escolheu para senha da operação “Viragem Histórica” e se tornou símbolo do novo Portugal democrático.

Dizia ele com graça que tinha duas insígnias da Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, uma dada pelo Presidente da República e outra oferecida mediante subscrição entre os amigos de Marinha que lha impuseram no Clube Militar Naval. Esta era a de que mais gostava.

A História o julgará ou esquecerá?

16 de março de 2025

*** Oficial de Marinha reformado, sócio da A25A**

OPINIÃO

EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA EM PORTUGAL – UMA ANÁLISE CRÍTICA

A comparação dos documentos da Direção-Geral da Educação (DGE) sobre a educação para a cidadania em consulta pública (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC, 2025), "Cidadania e Desenvolvimento - Aprendizagens Essenciais" com os documentos antigos (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania de setembro de 2017 e Educação para a Cidadania – linhas orientadoras, de novembro de 2013), revela uma evolução significativa na estrutura, obrigatoriedade e no aprofundamento de conteúdos, reflectindo o que a DGE entende serem novos desafios da sociedade contemporânea.

JORGE BETTENCOURT*

O REFERENCIAL

SUPLEMENTO ONLINE



1. Reorganização das Dimensões de Cidadania

- **Antigo Modelo (ENEC 2017):** A estratégia antiga organizava os domínios em **três grupos** com diferentes níveis de obrigatoriedade.
 - **1º Grupo (Obrigatório em todos os níveis e ciclos):** Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa), Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico).
 - **2º Grupo (Obrigatório em pelo menos dois ciclos do ensino básico):** Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva), Media, Instituições e participação democrática, Literacia financeira e educação para o consumo, Segurança rodoviária.

- **3º Grupo (Opcional em qualquer ano de escolaridade):**
Empreendedorismo (nas suas vertentes económica e social),
Mundo do Trabalho, Risco, Segurança, Defesa e Paz, Bem-estar
animal, Voluntariado.
- **Novo Modelo (ENEC 2025):** A nova estratégia congrega **oito Dimensões**, organizadas em **dois grupos**.
 - **Grupo 1 (Obrigatório em todos os anos de escolaridade do Ensino Básico e do Ensino Secundário):** Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável, Literacia Financeira e Empreendedorismo.
 - **Grupo 2 (Obrigatório no 1.º ciclo do Ensino Básico, no conjunto dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, e no Ensino Secundário, cabendo à escola escolher o(s) ano(s) de escolaridade em que cada uma será desenvolvida):** Saúde, Risco e Segurança Rodoviária, Pluralismo e Diversidade Cultural, Media.

Esta reorganização significa uma **clarificação e um reforço da obrigatoriedade** de certas dimensões, que passam a ser abordadas de forma contínua ao longo de todo o percurso escolar.

2. Alterações e Redefinições de Dimensões Específicas

2.1. Retirado como Dimensão Autónoma

- **Sexualidade:** Esta dimensão, que era explicitamente listada no 2º Grupo da estratégia antiga, **foi retirada como dimensão autónoma** na nova ENEC. A "Educação para a Saúde e a Sexualidade" na antiga estratégia visava dotar os alunos de conhecimentos, atitudes e valores para decisões adequadas à sua saúde e bem-estar, com foco na proteção da saúde e prevenção de risco, nomeadamente na área da sexualidade.
- **Igualdade de Género:** Era um domínio explícito no 1º Grupo da estratégia antiga. **Deixou de ser uma dimensão autónoma** na nova ENEC.
- **Educação do Consumidor:** Presente no 2º Grupo da estratégia antiga, **não aparece como dimensão separada** na nova ENEC.
- **Outros Domínios:** Domínios do 3º Grupo da estratégia antiga como "Mundo do Trabalho", "Bem-estar animal", e "Voluntariado" **não são dimensões autónomas** na nova estrutura.

2.2. Conteúdos Integrados e Aprofundados (mesmo que a dimensão autónoma tenha sido retirada)

- **Sexualidade e Educação Sexual (Integração):** Embora não seja uma dimensão autónoma, as Aprendizagens Essenciais (AE) da nova ENEC integram aspetos relacionados em outras dimensões:
 - A dimensão **Saúde** foca-se na promoção do "bem-estar físico e mental" e na "proteção contra todas as formas de violência (incluindo a exploração, o abuso e a ciberviolência)". No 2.º e

3.º ciclos, é explicitamente mencionada a necessidade de "Respeitar questões relacionadas com a intimidade e a privacidade de cada pessoa" e "Estabelecer relações interpessoais saudáveis, baseadas no respeito, na comunicação, na confiança e no consentimento".

- A dimensão **Direitos Humanos** no 3.º ciclo inclui a análise de casos de "abusos sexuais" e "violência de género", bem como "violência contra pessoas com orientação sexual e identidade e expressão de género não normativas".



- **Igualdade de Género (Integração):** Os conteúdos são integrados principalmente na dimensão **Direitos Humanos**, com aprendizagens como "Reconhecer que meninos e meninas podem realizar as mesmas atividades e ter as mesmas oportunidades" no 1.º ciclo, e "Debater a

(des)igualdade de género em contextos como a educação, o trabalho e o exercício de cargos políticos" no 3.º ciclo. Na dimensão **Democracia e Instituições Políticas** do Ensino Secundário, a "desigualdade de género" é abordada como um desafio atual da democracia.

- **Educação Ambiental (Integração):** Parece ser totalmente absorvida pela dimensão **Desenvolvimento Sustentável** na nova ENEC, que aborda explicitamente tópicos como a conservação da biodiversidade e práticas de produção e consumo sustentável.
- **Segurança, Defesa e Paz (Integração):** Aspetos da segurança, defesa e paz, que eram um domínio opcional na antiga estratégia, são agora integrados na dimensão **Democracia e Instituições Políticas** da nova ENEC, que prevê o debate sobre o papel internacional de Portugal, nomeadamente na União Europeia, na co-construção de um mundo pacífico e livre, e a análise da importância da União Europeia na defesa da democracia e da paz.

2.3. Destaques e Novas Abordagens em Dimensões Atuais

- **Democracia e Instituições Políticas:**
 - **Maior Obrigatoriedade:** Elevada para o Grupo 1, tornando-se obrigatória em todos os anos de escolaridade, o que representa um aumento significativo face ao modelo anterior onde estava no 2º Grupo.
 - **Foco na Ética e Combate à Corrupção:** A nova ENEC introduz explicitamente a temática da **ética e integridade na**

governança democrática, detalhando a aprendizagem para "identificar comportamentos de integridade e de corrupção" (1.º ciclo), "compreender a natureza, incidência e extensão do fenómeno da corrupção" (2.º ciclo), "compreender as causas e os múltiplos efeitos da corrupção" (3.º ciclo) e "refletir, criticamente, sobre o papel dos cidadãos, do Estado e das organizações da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção" (Ensino Secundário).

- **Papel Internacional de Portugal e União Europeia:** Maior ênfase no debate sobre o papel internacional de Portugal e da UE.
- **Literacia Financeira e Empreendedorismo:**
 - **Combinação e Maior Obrigatoriedade:** Na nova ENEC, estas duas áreas são combinadas e elevadas para o Grupo 1 (obrigatório em todos os anos). Na anterior, "Literacia financeira e educação para o consumo" estava no Grupo 2 e "Empreendedorismo" no Grupo 3.
 - **Aprofundamento:** Foco na tomada de decisões informadas sobre orçamento, poupança e investimento, e na ética e responsabilidade social no empreendedorismo.
- **Saúde:**
 - **Foco Ampliado:** Além da alimentação e atividade física, a nova dimensão "Saúde" destaca a **promoção da saúde mental e do**

bem-estar dos jovens, a "proteção contra todas as formas de violência (incluindo a exploração, o abuso e a ciberviolência)" e a "prevenção de consumos, comportamentos aditivos e dependências", bem como os "malefícios do uso excessivo de ecrãs".

- **Risco e Segurança Rodoviária:**

- **Combinação:** Combina o "Risco" e a "Segurança Rodoviária" da antiga estratégia (que estavam em grupos diferentes) numa só dimensão do Grupo 2.
- **Abordagem Integrada:** Foco na identificação de perigos, minimização de vulnerabilidades e ações conscientes face a riscos naturais, tecnológicos e mistos, além da mobilidade segura e sustentável.

- **Media:**

- **Novos Desafios:** A nova ENEC aborda explicitamente o impacto da **Inteligência Artificial** na edição e publicação de conteúdos nas redes sociais, e foca-se na prevenção dos **riscos online** como "dependência, *cyberbullying*, discurso de ódio, polarização, *trolling*, sexting, sextorsão". Há um reforço da ênfase na "utilização crítica e segura das tecnologias digitais, da informação e dos conteúdos gerados por inteligência artificial".

- **Pluralismo e Diversidade Cultural:**

- **Nova Designação e Abordagem Detalhada:** Substitui a "Interculturalidade" da antiga estratégia por uma dimensão mais abrangente no Grupo 2.
- **Foco na Discriminação:** Inclui a análise de "diferentes formas de discriminação, como racismo, xenofobia, anticiganismo, islamofobia, antissemitismo, misoginia, entre outras". Aborda também os desafios vivenciados por pessoas migrantes e a proteção dos direitos das minorias.

3. Aprendizagens Essenciais (AE) e Abordagem Pedagógica

- **Acréscimo de Detalhe nas AE:** Os novos documentos, especialmente o "Cidadania e Desenvolvimento - Aprendizagens Essenciais ", fornecem uma **descrição muito mais detalhada das Aprendizagens Essenciais por ciclo de ensino** para cada dimensão. Isto inclui conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, bem como ações estratégicas de ensino. A estratégia antiga de 2017 listava apenas os domínios sem o mesmo nível de detalhe nas AE por ciclo.
- **Ênfase na Experiência e Atitude Cívica:** Ambas as estratégias enfatizam que a cidadania se aprende através de processos vivenciais e da participação ativa. A nova ENEC reforça a importância de os alunos serem autores e terem situações de aprendizagens significativas.

4. Operacionalização e Governança da Estratégia

- **Estrutura Mantida:** A operacionalização mantém a abordagem transdisciplinar no 1.º ciclo do ensino básico, a disciplina autónoma nos 2.º e 3.º ciclos, e a componente transversal no ensino secundário.
- **Maior Detalhe e Clarificação de Papéis (Novo):**
 - A nova ENEC especifica que o agrupamento de escolas/escola não agrupada deve elaborar e aprovar a sua própria "Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola", definindo os anos para as dimensões do Grupo 2, o modo de trabalho, os projetos com a comunidade, as parcerias e os critérios de avaliação.
 - São claramente definidas as competências do Conselho Geral (aprovação da estratégia da escola) e do Conselho Pedagógico (aprovação dos critérios de avaliação).
 - O papel e as responsabilidades do Coordenador da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola são detalhados.
 - A avaliação interna das aprendizagens deve ser contínua, sistemática e com formas de recolha diversificadas.

5. Contexto e Desafios

- **Atualização dos Desafios (Novo):** A nova ENEC atualiza a lista de desafios contemporâneos, adicionando explicitamente "a emergência da inteligência artificial, a saúde mental e o bem-estar dos jovens, as desigualdades socioeconómicas, a sustentabilidade, as migrações e a

mobilidade internacional". A estratégia anterior mencionava desafios como sustentabilidade, interculturalidade, igualdade, e os riscos de fragmentação social, desinformação e polarização.

Fragilidades Estruturais da Educação para a Cidadania

Antes de prosseguir, quero expressar a minha opinião de que, **enquanto a Educação para a Cidadania for um edifício com fundações muito frágeis**, construído de cima para baixo com textos oriundos do Ministério da Educação, e a responsabilidade pela Educação para a Cidadania nas escolas for quase exclusivamente atribuída aos Diretores de Turma (DT), **pouco do que se propõe terá real impacto**.

Para que as estratégias sejam bem-sucedidas, mesmo as bem pensadas com boas intenções, é necessário que a maioria das escolas tenha vontade ou condições para fazer da Educação para a Cidadania um **projeto multidisciplinar** que envolva a direção, professores de diferentes áreas, assim como especialistas e entidades externas.

No entanto, **há escolas que apesar de tudo continuam a realizar "milagres" na área da Cidadania**. A título de exemplo, refiro os projetos "Semear Abril" e "Abril Hoje", nos quais participei nos últimos anos, considerando-os muito gratificantes para mim e, a julgar pelas avaliações, para os alunos.

Análise da Nova Dimensão Democracia e Instituições Políticas

Revistas as alterações globais que os documentos em consulta pública introduzem na Educação para a Cidadania, **concentrar-me-ei agora na**

análise crítica do que é estabelecido, em particular, para a dimensão Democracia e Instituições Políticas, anteriormente designada Instituições e Participação Democrática.

Em 2018, participei na elaboração de uma proposta da Associação 25 de Abril à DGE para um referencial do domínio Instituições e Participação Democrática. Com base nas recomendações do Conselho da Europa, definimos objetivos para os diferentes níveis de escolaridade. O nosso propósito era preparar os futuros cidadãos para viver em sociedade, resolver conflitos, assumir responsabilidades, compreender e aceitar as regras do Estado de Direito e os mecanismos de representação democrática, e participar na governação do país.

O referido referencial, que contou com contributos de outras instituições, só foi divulgado em 2024, após uma muito longa gestação para uma muito curta vida (um ano). Embora não tenha cumprido os objetivos nele estabelecidos, irei usá-lo como referência para a avaliação das Aprendizagens Essenciais (AE) definidas nos novos documentos para a dimensão Democracia e Instituições Políticas.

Omissões e Modificações Relevantes nos Novos Documentos

Abaixo, apresento um levantamento do que é **retirado ou modificado** nos novos documentos da DGE, em comparação com o referencial de 2024:

- **História da Democracia Portuguesa:** É retirada qualquer alusão a factos relevantes da História da democracia e das instituições democráticas em Portugal. **Não é referida nem reconhecida a**

importância do 25 de Abril de 1974 na construção da democracia política em Portugal.

- **Conceitos Fundamentais da Democracia:** São omitidos os critérios que permitem identificar as características de uma democracia, os princípios e os valores em que assenta, assim como a distinção entre os tipos de democracia (directa, semidirecta, representativa) e a sua aplicação ao sistema português.
- **Poderes do Estado e Órgãos de Soberania:** Não há qualquer referência à importância da separação e interdependência dos três poderes do Estado – legislativo, executivo e judicial – nem aos órgãos de soberania que os exercem.
- **Sistemas de Governo e Actores Políticos:** Não são identificados e comparados os diferentes tipos de sistemas de governo: parlamentarismo, presidencialismo, semipresidencialismo. Não é abordado o papel dos partidos políticos e dos movimentos de cidadãos no exercício do poder político.
- **Funcionamento do Estado Português:** Não é dado a conhecer como funciona o Estado Português, incluindo os princípios fundamentais da organização do Estado português, o Orçamento do Estado como instrumento de coesão política e social, e a importância do Orçamento do Estado na vida dos cidadãos.
- **Regiões Autónomas e Comunidades Portuguesas:** Não são referidas as Regiões Autónomas (importância da existência de órgãos de

governo próprio nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira). Não são referidas a diversidade das comunidades portuguesas fora do território de Portugal e as suas preocupações.

- **Mecanismos de Participação Cívica:** Não são especificadas as formas de participação no processo legislativo (petição, referendo, iniciativa legislativa de cidadãos), nem outros mecanismos de participação para além do voto.
- **Sistema Eleitoral e Responsabilidade dos Eleitos:** Não é explicado o sistema eleitoral português, a responsabilidade dos eleitos e os diferentes tipos de eleições.
- **Instituições de Defesa de Direitos:** Não é explicitado o papel de instituições como o Provedor de Justiça, Ministério Público e Tribunais na defesa de direitos, nem a forma de recorrer ou reclamar junto das instituições públicas.

Novos Focos Introduzidos pelos Documentos

Por outro lado, os documentos em consulta pública introduzem **novos focos**, com especial ênfase em:



- **Combate à Corrupção:** Abordado em todos os ciclos de ensino, desde a identificação de comportamentos de integridade (1.º Ciclo) até à reflexão crítica sobre o papel dos cidadãos, do Estado e da sociedade civil na prevenção e combate (Ensino Secundário).
- **Desenvolvimento de Competências de Diálogo:** Valoriza a importância da paz e da não-violência no convívio diário.
- **Boa Governança:** Salienta a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática.
- **Reflexão Crítica sobre Desafios Contemporâneos da Democracia:** Incentiva os alunos a refletir sobre desafios atuais como o discurso de ódio e a desigualdade de género.

Conclusão Crítica

Em suma, a nova "Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania" e as "Aprendizagens Essenciais" para a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento representa uma **reestruturação mais coesa e focada**,

elevando a obrigatoriedade de dimensões consideradas fulcrais para a cidadania ativa (como a Democracia e Instituições Políticas), e integrando explicitamente novos desafios sociais (como a ética e combate à corrupção, a saúde mental e os riscos da inteligência artificial e online). Paralelamente, os conteúdos de dimensões como a sexualidade e a igualdade de género são integrados transversalmente em outras áreas, em vez de terem um estatuto autónomo. A operacionalização é mais detalhada, com uma clarificação de responsabilidades e uma forte ênfase na implementação de Aprendizagens Essenciais concretas.

No que concerne às Aprendizagens Essenciais da dimensão Democracia e Instituições Políticas, **omitem os conceitos históricos da construção da democraticidade de Portugal** e a sua contribuição para o exercício da cidadania na democracia representativa e participativa consagrada na Constituição da República Portuguesa.

Embora a nova dimensão Democracia e Instituições Políticas seja elevada para o Grupo 1, **tornando-se obrigatória em todos os anos de escolaridade** do Ensino Básico e Secundário, ela tende a focar-se **exclusivamente no atual sistema político**, em detrimento do estudo de outras soluções ou do aprofundamento dos mecanismos de participação dos cidadãos no governo do país.

Parece-me também haver uma **clara influência dos "novos ventos políticos"**, em particular do discurso populista da corrupção. No entanto, estou convencido de que a corrupção **não é a causa principal** da fragilidade da Democracia portuguesa e do afastamento dos portugueses do regime

democrático. Outros factores relevantes para o mau funcionamento do regime democrático como, por exemplo, o processo eleitoral de escolha dos representantes dos cidadãos, não são sequer abordados.

Podemos encarar a Educação para a Cidadania como a construção de uma casa. Os novos documentos da DGE são como as "plantas" mais recentes para esta casa. Apesar de algumas novidades e reforços (como o combate à corrupção em todos os andares), estas novas plantas **removeram importantes pilares históricos do alicerce da casa** (como o 25 de Abril e os princípios fundamentais do nosso regime democrático). Além disso, a casa continua a ter "fundações muito frágeis", pois a sua construção depende demasiado de um pequeno grupo de "empreiteiros" (os Diretores de Turma) e de ordens "de cima para baixo". É como tentar modernizar uma casa adicionando novas comodidades, mas, ao mesmo tempo, ignorando ou removendo elementos cruciais da sua estrutura e da sua história, o que pode comprometer a sua solidez a longo prazo.

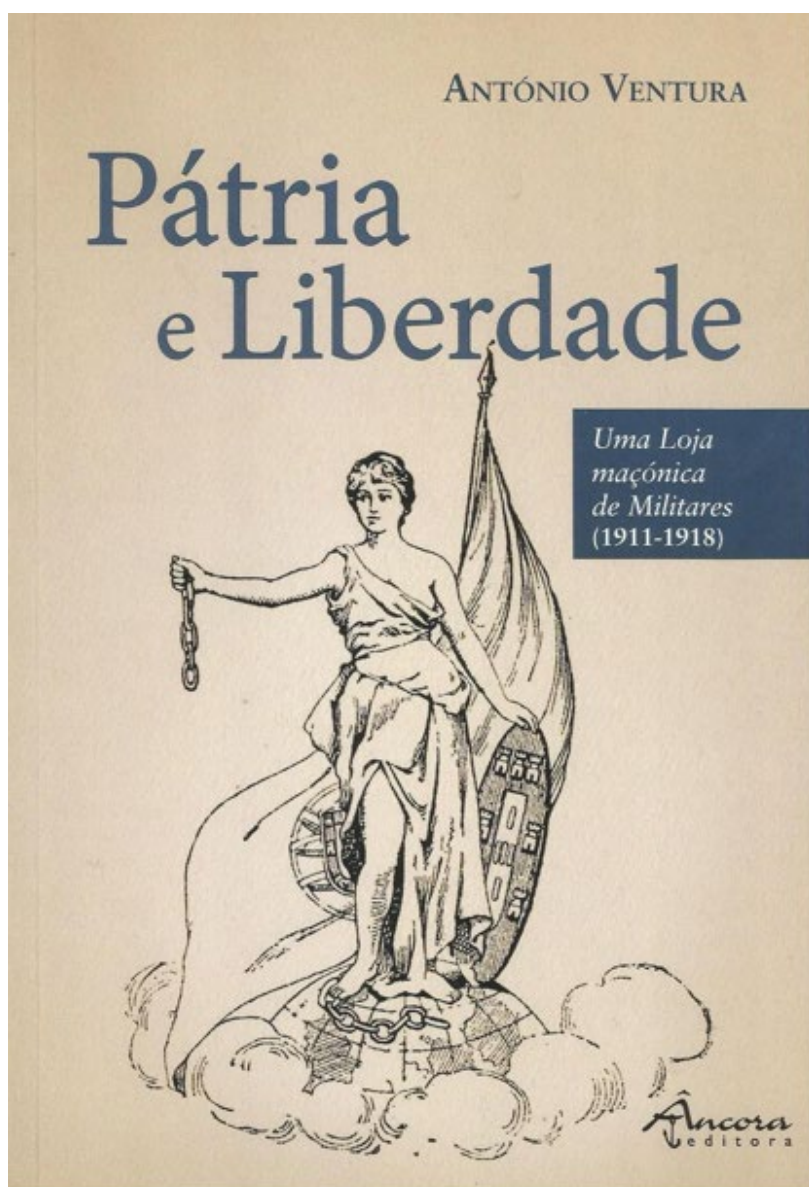
Oeiras, Julho de 2025

* Oficial da Marinha na Reforma, Sócio da A25A

LIVROS

“PÁTRIA E LIBERDADE”

Chamava-se Pátria e Liberdade, a loja maçónica constituída exclusivamente por militares (1911-1918), que António Ventura estudou



ANTÓNIO VENTURA é um historiador com vasta obra publicada e é professor catedrático emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Interessou-se pela *Pátria e Liberdade*, uma loja maçónica constituída exclusivamente por militares, com predomínio de oficiais subalternos, que foi criada em 1911 em Beirolos/Moscavide, mas que mudou a sua sede para Lisboa pouco tempo depois. Do interesse académico do autor nasceu um livro em que analisa as relações entre os militares e a Maçonaria, assim como a estrutura e a composição daquela loja.

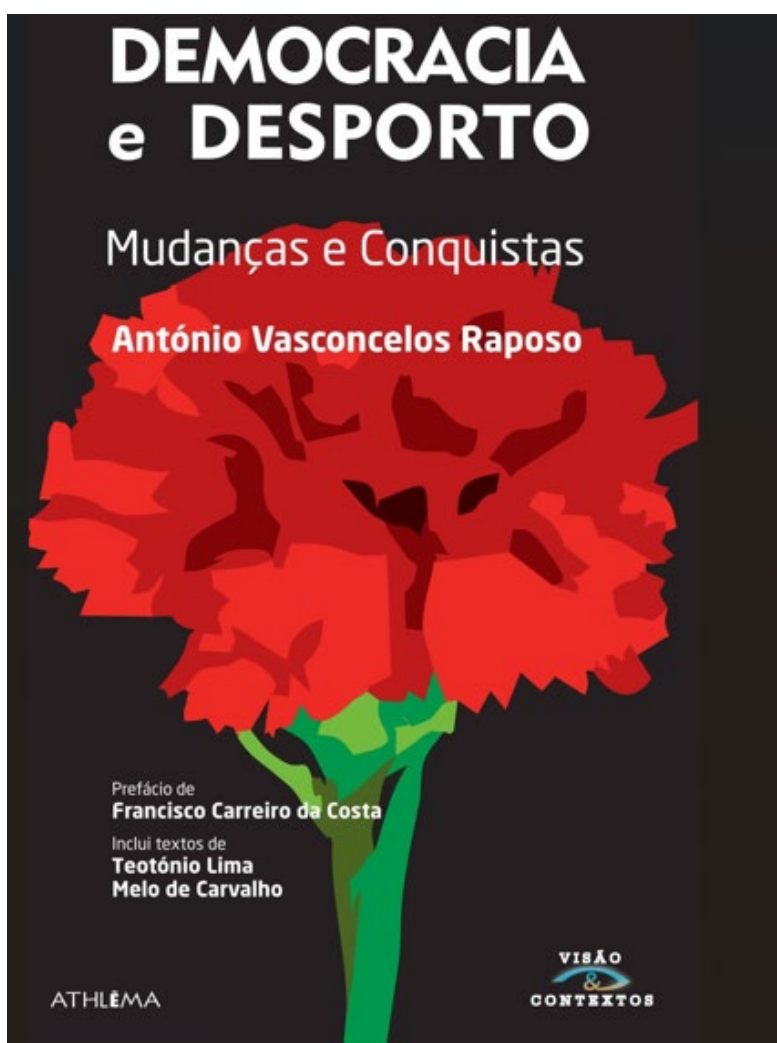
Constituída por elementos do Exército e da Armada, incluindo membros do Serviço de Aviação Militar e da Aviação Naval, a *Loja Pátria e Liberdade* teve 58 membros, de quem o autor apresenta um detalhado registo biográfico.

A obra foi editada pela Âncora Editora e foi apresentada no dia 11 de Fevereiro pela professora Maria Fernanda Rollo, no espaço Forum Salgueiro Maia das instalações da Associação 25 de Abril, com a presença de várias dezenas de pessoas.

LIVROS

“DEMOCRACIA E DESPORTO – MUDANÇAS E CONQUISTAS”

Com o seu olhar de especialista, o antigo fuzileiro naval António Vasconcelos Raposo analisa o panorama da Educação Física e do Desporto, bem como as mudanças que ocorreram nos 50 anos de Democracia



A obra foi apresentada em Lisboa, na Tribuna de Honra do Estádio Nacional. Na oportunidade o autor foi distinguido com a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo, atribuída pelo secretário de Estado do Desporto, Pedro Dias, por ser um “exemplo cimeiro de excelência, por um longo e vasto currículo que atesta, numa carreira de mais de 50 anos em várias funções enquanto agente desportivo e professor universitário, relevantes serviços prestados ao desporto português, e à Natação em particular.”

Vasconcelos Raposo é licenciado em Educação Física e narra-nos um período da história recente da Educação Física e do Desporto, desafiando-nos a olhar criticamente para os equívocos das políticas fragmentadas e descontextualizadas de desenvolvimento do desporto que têm vindo a ser implementadas.

O livro foi editado pela Editora “Visão e Contextos” e explora a relação entre «o desenvolvimento da prática desportiva e a democracia em Portugal após o 25 de Abril de 1974, analisando a evolução das políticas desportivas ao longo dessa época e como o desporto passou de uma atividade de elite para algo mais inclusivo e participativo», revela o autor. Igualmente se descobre que antes da Revolução dos Cravos, o Desporto era controlado e direccionado para servir os interesses ideológicos do Governo e do Estado Novo.

LIVROS

“QUATRO PERSONAGENS À PROCURA DE ABRIL”

LANÇAMENTO

A Temas e Debates convida para a sessão de lançamento do livro

**QUATRO PERSONAGENS
À PROCURA DE ABRIL**

Luís Reis Torgal

8 DE ABRIL | 18H00

Casa Municipal de Cultura, em Coimbra
Rua Pedro Monteiro, 3000 - 329 Coimbra

APRESENTAÇÃO POR
MARIA INÁCIA REZOLA



TEMAS E DEBATES COIMBRA

O Professor Luís Reis Torgal, lente de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cumpriu uma comissão de serviço militar na Guiné em 1968-1969 e, sob inspiração das suas memórias e com a sua objectividade de historiador, decidiu escrever um livro que dedicou aos Capitães de Abril “que terminaram com a guerra” e prestar uma homenagem ao 25 de Abril, na celebração dos seus 50 anos.

O título escolhido - *Quatro Personagens à Procura de Abril* – resulta de uma escolha que o autor fez de quatro pessoas com quem contactou como leitor, cidadão ou militar e que são os protagonistas da sua obra. A escolha de personalidades como o escritor Luís de Sttau Monteiro, o professor

Joaquim dos Santos Simões, o padre Mário de Oliveira e o coronel Carlos Fabião, democratas que por diferentes formas se posicionaram contra o autoritarismo do Estado Novo e viveram a alegria do 25 de Abril, correspondem a “quatro visões de Abril” e essa escolha também é uma homenagem a pessoas por vezes esquecidas, ou só episodicamente lembradas.

Porém, numa primeira parte do seu livro Luís Reis Torgal destaca o seu apreço por Salgueiro Maia, apresenta a sua visão sobre a república unitária e corporativa que foi o Estado Novo e analisa o Império Colonial e a sua lenta desconstrução, mas também os passos fundamentais do 25 de Abril que venceu as intransigências e o obscurantismo do poder salazarista-marcelista. Descreve alguns dos passos que o levaram até Mansoa como oficial miliciano, com Zeca Afonso, Adriano e Manuel Alegre na bagagem para fazer a “guerra inútil da Guiné”. Porém, essa experiência foi marcante e, na sua opinião, os combatentes são “aqueles que melhor conseguem entender e sentir Abril, porque fizeram parte de uma geração sacrificada”, ou da Geração D, como lhe chamou Carlos de Matos Gomes.

Quatro Personagens à Procura de Abril é uma obra editada pela Editora “Temas e Debates” e que combina, de uma forma muito estimulante, a experiência militar do autor e a sua passagem pela guerra da Guiné, os seus conhecimentos de historiador reputado e a proximidade intelectual com os quatro protagonistas do seu livro.

A obra foi apresentada na A25A pela Prof^a Maria Inácia Rezola.

LIVROS

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A SOCIEDADE

No dia do nascimento do Rogério Rodrigues, 17 de Fevereiro, foi lançada em Torre de Moncorvo, sua terra natal, a obra *O que reconheço em Paris – SOU EU – Cartas, Poemas e outros textos dirigidos a Paulo Salgado*, de que fui o organizador e apresentador, com o apoio e presença do Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Meneses, e da Dra. Odete Ferreira, representante da Academia de Letras de Trás-os-Montes (na imagem).

PAULO CORDEIRO SALGADO*

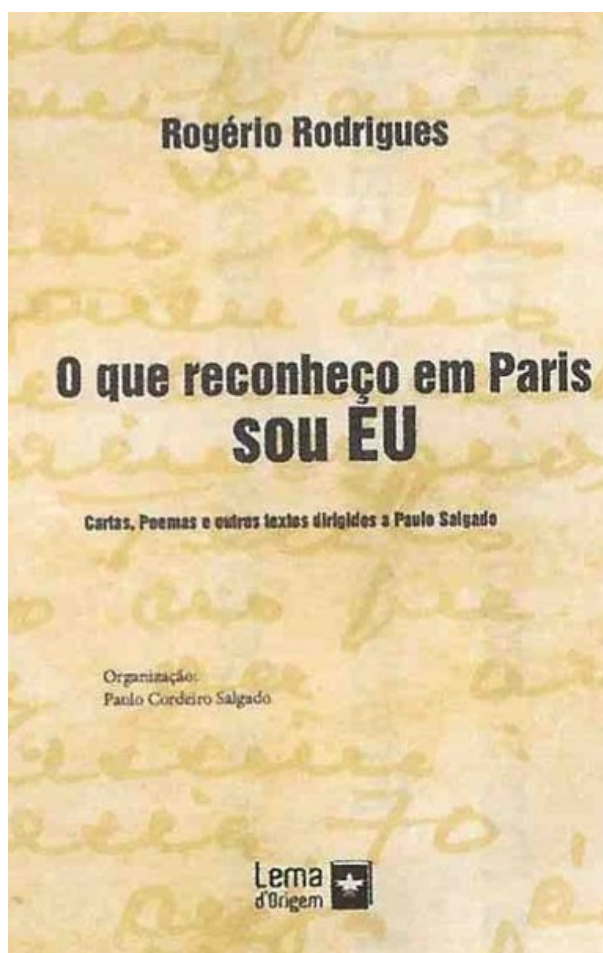


Já regressado do seu exílio em França, numa carta que me endereçou de Lisboa no dia 15 de Agosto de 1970 para a guerra colonial, na Guiné, onde eu estava, miliciano à força, escreveu o Rogério Rodrigues, grande jornalista e poeta, sobre a guerra – tema constante nos seus escritos: «O que um indivíduo enfrenta na guerra não é propriamente o ódio – é o nojo. Nojo, por vezes, por nós, e nojo pelo resto. A guerra não é apenas uma máquina. Conta com o homem. O homem no fundo gosta da guerra. Podemos conceber a guerra, temos dados para isso. A paz, porém, não é possível. Fundamentamo-la sempre numa possibilidade de guerra. E a paz deveria ser, para o ser, um absoluto, excluídas, pois, todas as possibilidades. Absoluto e nada identificam-se. A paz é isso. Pois isso, não é nem há. Nem houve nem haverá. Isto o que te digo, todo conceituoso, todo cheio da minha verdade, comodamente instalado em Moncorvo ou Lisboa, cabo da burocracia militar, enquanto tu vives sempre acossado de qualquer coisa, na Guiné, que não é confortável nem cómoda, onde não podes ser conceituoso nem cheio da tua verdade». Como é atual esta ideia do então jovem Rogério Rodrigues! Basta olhar para o mundo que nos rodeia.

Não estava longe o dia 25 de Abril de 1974, mas as vozes contra a guerra colonial e o aparelho repressor eram nítidos desde há muito. Não somente pelas muitas manifestações internas, de alguns civis e militares, mas, sobretudo, pelos movimentos de libertação que não cessavam os combates no terreno e faziam ouvir as suas vozes no areópago internacional.

Não estava longe o 25 de Abril de 1974 – e o jovem jornalista, que haveria de tornar-se uma referência, manifestava o seu repúdio face ao vilipêndio, ao

massacre, por vezes, a que se sujeitava o Outro – as populações do dito Império.



O Rogério Rodrigues deixou marcas indeléveis no Jornalismo e na Poesia. É para mim uma honra e um privilégio recordá-lo como tal, como cidadão íntegro e como amigo. Também devemos lembrar que era sócio da A25A, não esquecendo que ganhou o 1.º prémio de Reportagem, ex aequo, instituído por esta Associação, para o melhor trabalho sobre “Abril – dez anos depois”.

*** Sócio da A25A**

O REFERENCIAL

SUPLEMENTO ONLINE



Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)·Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: referencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092

PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÂNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) – Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350-177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'O Referencial.

Edição n.º 158 – Julho – Setembro 2025